

LIVROS E REVISTAS

FREDERICK HARBISON e CHARLES A. MYERS. *Education, Manpower and Economic Growth: Strategies or resource development*. Mc Graw-Hill Book Co. Nova York, 1964.

A avaliação rigorosamente econômica dos programas educacionais, em conexão íntima com a valorização integral dos recursos humanos — avaliação essa ultimamente abordada, no Brasil, pela primeira vez, em estudos do Professor PAULO ASSIS RIBEIRO — constitui, na literatura sócio-econômica estadunidense, matéria a que se dedica, com toda razão, atenção cada vez maior.

Procura-se apreciar cientificamente o valor econômico dos investimentos aplicados no aprimoramento da mão-de-obra, averiguar os pontos de estrangulamento que se nos deparam na formação do "capital humano" e desenvolver metodologia mais aperfeiçoada, capaz de revelar quais os setores em que os recursos nacionais, investidos nos respectivos programas, podem contribuir, do melhor modo possível, para o progresso econômico, desde que sejam entrosados com o planejamento global desenvolvimentista.

A obra ora examinada, de autoria de dois eminentes "economistas do trabalho", americanos, destaca-se entre numerosos livros, relativos ao assunto e recém-publicados nos Estados Unidos, e isto por duas razões: de um lado, em virtude do nível extremamente elevado da aprofundada análise doutrinária dos problemas, e, de outro, por causa da extraordinária amplitude da exposição dos mesmos. Com efeito, abrange, separadamente, os seguintes quatro grupos de países: (a) os subdesenvolvidos, (b) os parcialmente desenvolvidos, (c) os semi-avançados, e, finalmente (d) os adiantados, diga-se de passagem com muita ênfase acertadamente deslocada para o reexame crítico das realizações soviéticas, atinentes a essa matéria.

HARBISON e MYERS encontraram, como eles próprios admitem, consideráveis dificuldades, procurando encaixar o Brasil dentro de um desses quatro grupos. Assim, paradoxalmente, em nenhum dos respectivos grandes capítulos incluíram o exame do cenário brasileiro apesar de, episódicamente, considerarem o nosso país como integrado no segundo deles. No cálculo comparativo da percenta-

gem dos gastos com a educação em função da renda nacional, indicam a quota percentual brasileira como equivalente a 2,6% (Estados Unidos 4,6%, Japão 5,7% e URSS 7,1%: a mais elevada taxa de todos os países do mundo atual).

Visivelmente, os autores do livro ora comentado não tiveram a seu alcance quaisquer informações, seguras e fidedignas, a respeito da nossa situação atual e, sobretudo, de nossos programas, tanto de índole educacional, propriamente dita, quanto relativos ao treinamento da mão-de-obra, que, incontavelmente, apresentam, sobretudo nesse último particular, balanço digno de maior atenção. Enquanto fazem referência ao SENA colombiano, que, em última análise, constitui reprodução mecânica do nosso SENAI, não fazem a menor alusão a essa pioneira entidade de aprendizagem, tão altamente apreciada no estrangeiro.

É culpa deles? Francamente, não parece. Se, de modo geral, encontramos sensíveis claros no respectivo subsetor da literatura nacional, mesmo de caráter descritivo, sobretudo flagrantes no tocante à formação profissional, é em vão que procuramos — salvo em algumas publicações da UNESCO e da OIT — qualquer subsídio nosso de real valor, para o acervo da documentação internacional, atinente a essa matéria, divulgado em idiomas estrangeiros.

É com muito acerto que os autores americanos evidenciam a reviravolta ocorrida na conceituação da própria doutrina econômica, que, depois de mostrar, no passado recente, desprezo total a aspectos humanos do desenvolvimento

econômico, volta, no momento, às teses opostas, definidas em obras clássicas de SMITH e MARSHALL.

Examina-se, atualmente, nos Estados Unidos, com maior empenho, a contribuição da educação *sensu lato* e do aperfeiçoamento da mão-de-obra para a formação da renda bruta nacional, recorrendo-se a várias técnicas de cômputo dessa contribuição.

Assim, por exemplo, de acordo com E. F. DENISON, estima-se que, naquele país, no período compreendido entre 1929 e 1957, o aumento anual dos recursos educacionais do operário médio, correspondente à taxa de 2%, teve por consequência o incremento anual em 0,97% do rendimento, quantitativo e qualitativo, de seu trabalho e em 0,67% a elevação do produto nacional bruto.

Surpreendente e inexplicavelmente, é de modo muito superficial e primário que HARBISON e MYERS abordam a atual, gravíssima crise de aprendizagem nos Estados Unidos (evidenciada pela queda aflitiva de aprendizes de 231.000 em 1950 a 166.000 em 1960), sem submeterem a análise criteriosa toda uma série de tentativas normativas empreendidas dentro do âmbito do Poder Legislativo e Executivo de Washington, em 1962 e 1963, para atacar, mediante providências de emergência, os calamitosos aspectos de desemprego tecnológico — um dos maiores flagelos da economia social americana, particularmente no que diz respeito à nova geração.

Os dois grandes problemas-chave, que se lhes deparam na valorização dos recursos humanos são tanto (a) a aflitiva falta de

pessoal com qualificações compatíveis com as exigências próprias do novo ciclo de revolução industrial, como (b) a ociosidade de numerosos contingentes de mão-de-obra simples ou semiquificada, cujas oportunidades de utilização diminuem em ritmo assustador.

Apreciando os programas de avaliação de mão-de-obra (*manpower assessment*) tão em moda nos países em vias de desenvolvimento, chegam a conclusões acentuatadamente críticas, quanto ao valor prático de tais inventários globais, cujo número total alcança, em 1964, nada menos de 50 pesquisas dessa natureza.

No momento em que o SENAI, reformulando seus planos de ação, desloca o centro de gravidade das realizações ortodoxas de indole meramente escolar para o fomento do treinamento, maciço, intensivo e acelerado, dentro da órbita micro-empresarial, é auspicioso verificar a absoluta concordância com tal reorientação dos referidos economistas americanos. Consideram, com efeito, que a "formação do capital humano pode começar com a educação formal, que, todavia, não pode, em hipótese alguma, acabar ali. A maior parte de qualificações gerenciais, técnicas e as necessárias para o bom desempenho de ofícios qualificados podem ser adquiridas, de modo incomparavelmente mais eficiente, mediante formação no próprio emprego do que em escolas técnico-profissionais".

Finalizando, não podemos deixar de tornar patente o valor dos ensinamentos dos dois cientistas americanos, no que diz respeito à integração dos planos educacionais em

obras de planejamento do desenvolvimento sócio-econômico. Não nos iludamos: depois da liquidação do Plano Trienal, teremos que lançar mão, mais uma vez, da planificação plurianual da nossa economia, sendo que, contrariamente a essa primeira e malograda tentativa, o futuro Plano de âmbito nacional deve abranger também todos os aspectos sociais, inclusive educacionais, do desenvolvimento do Brasil. Ora, quer-nos parecer que as observações, dedicadas à essa nevrálgica matéria, e incluídas no último capítulo do referido livro, poderão ser utilizadas, com maior proveito, pelo grupo a ser encarregado pelo Ministro ROBERTO CAMPOS, da elaboração do respectivo plano. — *Estanislau Fischlowitz.*

LEON N. LINDBERG. *The Political Dynamic of European Economic Integration*. Stanford University Press. Stanford, Califórnia, 1963.

LEON LINDBERG é professor assistente de Ciência Política na Universidade de Wisconsin. Seu trabalho neste livro tornou-se possível graças ao apoio e auxílio prestado pelo Conselho de Pesquisas de Ciências Sociais, que lhe proporcionou a oportunidade de passar dois anos na Europa, recolhendo material junto aos principais órgãos do Mercado Comum Europeu; e, posteriormente, tempo para o preparo do manuscrito.

A "Dinâmica Política da Integração Econômica Européia" é um estudo da Comunidade Econômica Européia, que não visa a

relacionar as atividades desta Comunidade, mas sim focalizar e esclarecer certo número de interesses específicos, objetivos, e o processo do seu desenvolvimento.

O autor se preocupa, principalmente, com o problema da integração política, ou seja, o processo através do qual certo número de nações se constitui em uma só comunidade econômica. O princípio de uma comunidade política é a existência de um sistema legítimo e definido de resoluções de conflitos que venham a surgir, e tomada de decisões pelo grupo como uma entidade comum. Assim, a intenção do autor é esclarecer a natureza e funções principais da Comunidade Econômica Européia, proveniente da formação do Mercado Comum Europeu, que tem no mundo de hoje enorme importância, com reflexos políticos e econômicos não só nos países que dele fazem parte, mas também, de certo modo, no mundo inteiro.

O livro foi terminado em 1962, não abrangendo, portanto, os acontecimentos posteriores, que não vêm, no entanto, alterar nem invalidar a análise de LINDBERG. Tentou este, com sucesso, colocar questões e tirar conclusões a longo prazo, que não viessem a depender, para sua validade, de um contexto temporário.

Com a formação do Mercado Comum Europeu, era inevitável que ocorressem grandes transformações políticas e econômicas para os seus membros, em decorrência da transferência progressiva de tarefas governamentais para órgãos centrais comuns. Assim, estes países tiveram suas estruturas inter-

nas modificadas, e também as relações políticas não só entre eles próprios, mas com o resto do mundo também se alteraram.

O livro se divide em três partes.

A primeira trata da integração política e da formação do Mercado Comum Europeu, tentando esclarecer quais as metas e funções principais deste e detendo-se principalmente na importância do seu papel no presente e no futuro.

A segunda parte trata de problemas das grandes decisões, e dos homens ou entidades que tomam estas decisões. Faz ele uma divisão principal: aqueles cuja função oficial é tomar decisões — tais como Ministros, Estadistas, Membros de Comissões, Comitês e Grupos, etc. — e os não oficiais, ou seja, a elite política de uma nação, que, direta ou indiretamente, intervém nas decisões de seu país, através de interesses e pressões de grupos econômicos.

A terceira parte, e também a maior, trata do complexo maquinismo que se move para que uma decisão seja tomada, e a observação de todo o sistema em ação. Vários casos são estudados, exemplificando tipos de conflitos e problemas, e a diversificação de opiniões dentro da Comunidade, para finalmente chegar à solução do problema.

O grau de êxito obtido em cada solução destas revela aspectos fundamentais do processo de integração da Comunidade.

Quatro importantes processos de decisão são estudados detalhadamente:

1. as negociações para a criação de uma área de câmbio livre;

2. a decisão de acelerar, não só o processo de união alfandegária, mas também a subsequente harmonização de políticas internas e condições comuns de produção;

3. a formulação de uma tarifa externa comum, executada antes da época programada, em decorrência do extraordinariamente rápido desenvolvimento do Mercado;

4. o estabelecimento de uma política agrícola também comum.

Neste capítulo o autor demonstra como interesses e posições diversas encontraram uma solução única, e também o enorme potencial de expansão do Mercado Comum Europeu.

Sob o ponto-de-vista da integração, preocupação essencial do autor, encontramos em suas conclusões finais a idéia de que a integração é conseguida não através de interesses idênticos, mas através de interesses que, ocasionados por fatores políticos, sociais e econômicos, convergem de diversas áreas para um só ponto: o desenvolvimento harmônico e progressivo do Mercado Comum Europeu.

Tudo isto vem resultar em quatro perspectivas básicas de integração:

1. unificação política, defendido por um grupo minoritário;

2. unificação econômica, já em estágio adiantado;

3. cooperação política e econômica, resultante do item anterior;

4. estabelecimento do câmbio livre, já parcialmente adotado, caminhando agora para o englobamento de todas as áreas do comércio.

Podemos, a seguir, concluir que nenhum destes objetivos pode ser

atingido sem uma, pelo menos, parcial realização dos outros. Até agora, a unidade e integridade da Comunidade foram preservadas, o desenvolvimento da integração foi acelerado, o papel de seus órgãos centrais se expandiu, e a comunidade caminha no sentido de uma política liberal de comércio em relação ao resto do mundo (ao menos na produção industrial), havendo razões de sobra para se supor que este curso de ação não seja alterado, pelo menos no futuro previsível. — *Eurico Andrade Neves Borba.*

ORACY NOGUEIRA. *Família e Comunidade*. Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. Ministério de Educação e Cultura — Rio de Janeiro, 1962.

Os estudos de comunidade ainda são raros entre nós. E ainda que não o fôssem, não teria menor merecimento o trabalho de ORACY NOGUEIRA, publicado sob o título *Família e Comunidade*, que abre a coleção "O Brasil Provinciano".

ORACY NOGUEIRA é uma vocação de sociologia, ou, por outra, uma vocação realizada de sociólogo. Todos seus trabalhos denotam extraordinária vigência das ciências sociais, especialmente de sociologia. Tanto no ensino universitário, como no campo da pesquisa sociológica, vemo-lo sempre identificado com o aprofundamento de temas de sua predileção a que se consagra com vivo interesse, emprêsa de que invariavelmente resulta um trabalho sério, bem elaborado e bem apresentado.

Esta síntese serve de apresentação a todos os seus estudos anteriormente aparecidos. E serve também para seu livro mais recente. Após nove anos de observação e de pesquisa em uma cidade tradicional como Itapetininga — que êle muito bem distingue das cidades “mortas” — dá-nos um alentado estudo sociográfico da principal cidade do ramal de Itararé. Um volume em que superabundam dados de natureza histórica e estatística, tão bem incorporados ao texto que o leitor não perde o prazer de lhe ler qualquer dos capítulos sôbre os vários aspectos de Itapetininga, desde os de ordem fisiográfica aos humanos e sociais; antes, sente uma comunidade viva, atuante, desenvolvendo-se paulatinamente em cumprimento a seu destino de cidade distante das metrópoles, mas que com relativa defasagem segue o progresso geral da nação.

Divide o autor as suas 550 páginas em duas partes. Consagra a primeira aos problemas ligados à ecologia e à economia da comunidade, analisando cuidadosamente desde o elemento geográfico e a ocupação da terra até o desenvolvimento da cidade e a ecologia urbana. A segunda, reservada à organização social, desdobra-se em apreciações a respeito da estratificação social, da organização familiar, da vida religiosa e da vida recreativa, uma e outra através da crônica das instituições, das associações e atividades levadas a efeito. Finaliza a segunda metade do livro com a educação formal, sempre sob o ponto-de-vista sociográfico.

Em trabalho dessa natureza é praticamente impossível que não escape um dado menos exato, por mais escrupuloso que seja o pesquisador. São tantas as fontes a que há de recorrer, tão precárias, por vózes, as referências de que dispõe, que não há como fugir àquele inconveniente. É uma contingência inexorável.

Com efeito, falando sôbre as procissões promovidas pela Religião Católica, refere-se ORACY NOGUEIRA à informação segundo a qual o “Santissimo Sacramento somente sai nas procissões de Sexta-feira Santa e de Corpus Christi” (pág. 310). É bem possível que se trate de equívoco, pois na liturgia de Sexta-feira Maior, como sabemos, não há culto eucarístico, nem antes da reforma litúrgica nem depois, não sendo permitido o culto público ao SS. Sacramento. Aliás, para sermos mais preciso, o culto à Eucaristia, naquele dia, está reduzido a transladação da Santa Reserva para o altar mor e à comunhão do oficiante dos fiéis. Trata-se provávelmente de outra data. Mudindo a essa passagem sentimo-nos à vontade, pois em nada desmerece o valor da contribuição de ORACY NOGUEIRA. O reparo demonstra como o autor destas linhas se coloca num plano de objetividade quando lhe louva o esforço e os resultados alcançados.

Muito acertada a escolha de Itapetininga, já pelas razões que o autor de *Família e Comunidade* expõe na Introdução, já pela razão de se tratar de uma cidade que, sem ser típica, tem traços marcantes em sua evolução econômica e sócio-cultural.

Abstém-se o autor, muito a propósito, de formular conclusões: deixa-as ao critério de quem quiser fazer referências, contentando-se com a sistematização e apreciação desapassionada da riqueza de dados que pacientemente coligiu e tão bem soube expor. — *Francisco de Paula Ferreira.*

PE. P. HIRTZ, C. SS. R. *A Pregação Missionária do Evangelho.* Editora AGIR. Rio de Janeiro, 1962.

Um livro que tenta radicar no coração dos cristãos a convicção de que "hoje, como nas primeiras épocas da Igreja, não há mister mais fundamental, do que anunciar ao mundo a palavra de Deus, nem trabalho mais apostólico do que exercer sob tôdas as formas a missão de pregador do Evangelho" (Pio XII).

Oferece-nos sólida visão do que seja a pregação missionária, a de necessidade de uma renovação da pregação evangélica decorrente da análise de descritianização de nossos dias, e da mentalidade contemporânea.

Adverte inicialmente contra dois perigos: primeiro, o de obtermos uma visão otimista de apostolado conforme a qual bastaria técnicos de propaganda para termos um mundo mais cristão; segundo, o de chegarmos a uma visão pessimista: o mundo é mau, torna-se cada vez pior, impenetrável à graça, à pregação da palavra de Deus.

Não devemos tentar julgar o apostolado pela sua eficácia tangi-

vel e imediata, mas chegar à compreensão da pregação missionária através de uma visão de fé. Pregação missionária é fidelidade ao Senhor, é servir-se dEle para difundir Seu Reino que só no amor será plenamente manifestado. Ora, a eficácia essencial de tal trabalho não se pode verificar neste mundo.

Pregação missionária, em seu sentido lato, é toda pregação cristã, toda ação pastoral da Igreja.

No sentido estrito, é a proclamação do Evangelho de Cristo aos homens — não ainda ou já suficientemente cristãos.

A esta última pregação se refere o livro que analisamos.

É "através da pregação primeira do mistério de Cristo pelos apóstolos — o chamado querigma dos apóstolos — tentaremos falar a padres e leigos que se reconhecem incumbidos da ordem de Cristo: Ide ao mundo inteiro, proclamai o Evangelho (Mc 16,15)".

O querigma é pregação de conversão ou de decisão que põe os homens em face da Boa Nova, da salvação de Deus, em Cristo, pelo Espírito Santo. É pregação básica. É a pregação propriamente dita, na qual se renova toda pregação missionária cristã. Distingue-se da pregação dos sucessores dos apóstolos, por ser feita por testemunhas oculares da vida de Cristo. Assenta-se no testemunho ulterior de Deus, que se revelou em Cristo, e revela-se ainda em corações humanos e na missão oficial que emana do mesmo Senhor, ou de seus representantes na terra.

O querigma dos Apóstolos nos indica que o Evangelho de Cristo deve ser proclamado nas seguintes dimensões:

1.º — Histórico-Bíblico, onde temos a história do Deus da Revelação, os grandes atos de Deus.

2.º — Cristológico Pascal — fornece-nos visão dinâmica dos fatos relacionados a Cristo e à Páscoa de Cristo.

3.º — Escatológico Parusiaca — anuncia o fim dos tempos, a volta de Cristo ao mundo.

4.º — Eclesial-Sacramentária — reúne a comunidade em tórno da Eucaristia.

5.º — Existencial Salvadora — diz-nos que o poder da pregação missionária salva os homens vivos.

Os fatos do Evangelho tocam a cada homem, empenham-lhe a vida terrena e decidem a vida eterna. Daí seu caráter de compromisso vivencial. Essas cinco dimensões caracterizam todo anúncio do Evangelho. São aspectos dominantes da pregação, não se excluem, mas se completam.

Após um capítulo inteiramente dedicado às características dos sermões da antiguidade, sobretudo dos séculos XVIII e XIX, o autor conclui ser preciso uma renovação missionária do Evangelho. Ultrapassar o gênero moralizante e apologético herdado do século XIX e anunciar o "Evangelho de nosso tempo... de modo novo". Levar em conta a descristianização de nossos dias e a mentalidade atual.

A descristianização em nossos dias é um fenômeno sociológico de causas múltiplas e complexas. Generalizou-se há séculos o batismo das crianças. Batiza-se um cristão, antes de se haver preparado para a fé, porque a Igreja dá crédito à família cristã, à comunidade cristã. Pela família e pela

comunidade é que se estabelece a conjunção entre o batismo da criança e a fé da Igreja. Ora, nessa família, nossas comunidades raramente constituem um meio formador da fé. A paróquia, em sua estrutura tradicional, já não está adaptada às novas dimensões do mundo atual. Muitas vezes, em nossas igrejas, as reuniões e celebrações paroquiais, em vez de serem escolas de fé, são na realidade obstáculo ao encontro com Deus e com Cristo.

A comunidade humana vive hoje num estado quase total de irreligião. As estruturas da cidade, os negócios, os lazeres, a arte, a ciência, a profissão, as instituições sociais, econômicas e políticas, as condições da vida moderna individual e coletiva não são mais — ou ainda não são — cristãs. Neste mundo — ainda e de novo pagano — torna-se extremamente difícil viver a fé cristã. Em qualquer situação em que se encontre, é hoje o cristão envolvido num mundo ateu e materialista, em que tudo existe unicamente para o dinheiro, o prazer e o poder. É a fé batismal infalivelmente asfixiada se não for enraizada por uma conversão pessoal e consciente a Cristo vivo, na sua Igreja.

Hoje, um cristianismo que não passa de uma tradição está condenado à morte, pois se exige do cristão ordinário uma fé muito mais consciente, pessoal e comprometida que nos séculos passados.

Não se estima hoje a pregação evangélica. Os incrédulos ridicularizam os sermões e os padres que os pregam. Mas, o pior é que os próprios cristãos e muitos padres se envergonham dessa função pas-

toral. Os homens de nosso tempo, decepcionados pelos discursos políticos, enganados pelos jornais e pela propaganda, desiludidos das promessas vãs e contraditórias, não gostam de sermões.

O planejamento de uma renovação missionária deve levar em conta, também, a mentalidade contemporânea. Os sermões devem atuar sobre a mentalidade contemporânea, mas também esta atuará sobre os sermões.

A pregação real não deve sair de seu tempo e deve adaptar-se aos diferentes meios cidadãos, operários, rurais, etc. Deve tratar de problemas reais, dirigir-se a um auditório real de homens que ganham sua vida, são casados, têm filhos, responsabilidades concretas no mundo dos homens; deve estar apta a frutificar no espírito, na consciência e no coração de tal homem.

Deve-se evitar a pregação terrificante, vingativa, polêmica ou mesmo teológica, com termos incompreensíveis aos fiéis. Já não tem eficácia a pregação meramente moralizante que só fala dos deveres a cumprir; nem a pregação grandiloquente, feita de arroubos oratórios ou de eloquência sentimental.

Achamo-nos, hoje, em presença de grande número de correntes de idéias e de vida que percorrem todo o mundo e são universalistas, tais como o personalismo, o marxismo, o existencialismo, etc. Querem alguns que a pregação missionária se ocupe destes temas e de outros problemas da época, tais como família, a sociedade, a liberdade, a paz, a promoção operária, utilizando referências e auto-

res modernos, a romances da moda, etc.

Realmente, o cristão deve julgar como cristão todas as questões atuais. Pode e deve tratar de tais problemas em conferências particulares, círculos de estudo, reuniões particulares, etc. Mas nunca chegar ao extremo de querer substituir "verdades eternas" por "problemas do momento".

O objeto da pregação missionária deve ser sempre e unicamente o Evangelho de Cristo, aplicado, por certo, à vida de nosso tempo. Deve ser a mesma pregação de Jesus ao mundo pecaminoso, só que na língua de hoje. Denunciar a desesperada situação da humanidade decaída e destruir todas as ilusões idólatras da salvação do homem pelo homem.

Mas, como falar de fenômenos sobrenaturais a homens submersos em seu materialismo cientista, marxista, existencialista, hedonista?

Que sentido terá para eles falar-se em paternidade, misericórdia de Deus, salvação eterna, sacramentos, fé, Páscoa de Cristo, Ressurreição?

Proclamado em linguagem atual, simples e direta, com todo o vigor, o Evangelho de Cristo suscita ainda fé nos corações.

O missionário só poderá fazer tal renovação por meio de uma profunda tomada de consciência do mistério de Cristo, em toda sua dimensão: consciência adquirida quer na busca da Sagrada Escritura, liturgia, tradição primitiva, quer no contato com a realidade atual e definitiva de Cristo Redentor e Senhor na Igreja e no mundo de hoje. -- Sandra Cabral.

1°. J. D. WILES. *The Political Economy of Communism*. Oxford (Brasil Blackwell), 1962.

A finalidade desta obra monumental de WILES é introduzir o estudante, já em pós-graduação, no estudo crítico da teoria e da prática econômica do Comunismo. Supõem-se conhecidos pelo leitor: a economia do bem-estar, a economia do crescimento, a estatística, o Marxismo, a organização econômica dos países comunistas e as linhas mestras de sua história.

O autor deixa de lado, conscientemente, imensa e interessante bibliografia comunista. Limita-se, por outro lado, quase exclusivamente à URSS, com algumas referências à Iugoslávia e à China. Omite, por brevidade, certos assuntos como comércio internacional, sistema bancário, inflação, distribuição da renda, trabalho forçado, planejamento em perspectiva, e acima de tudo agricultura.

WILES refere-se a situações concretas e seu tempo limite é 1960. Ele se esforça por obter uma visão pessoal de certos problemas da economia soviética, como podemos de fato perceber nos capítulos 5 e 16 de sua obra, "Racionalidade e os atuais critérios dos planejadores" e "Intensidade de capital e crescimento". Todo seu jargão econômico é explicitado logo no começo do livro, num glossário de termos e abreviações muito bem elaborado e que constitui, sem dúvida, uma das maiores riquezas desta obra.

Em quatro partes divide-se o estudo de WILES: I — Instituições e Ideologia; II — Planificação e localização de recursos; III

— Crescimento; IV — Escatologia. Trata-se de verdadeira introdução para o terceiro ano de economia e de ótima ajuda para um estudo crítico do Comunismo. Os diferentes modelos de uma economia comunista são aí analisados. O Professor WILES circunscreve o estudo dos mesmos a uma série de estruturas institucionais, político-econômicas, procurando livrar-se dos esquemas de fórmulas algébricas simbólicas (de grandeza estatística ou de propensões), como nos modelos matemáticos de crescimento do Ocidente.

Por outro lado, WILES reconhece que, além dos casos analisados há, na prática, não só outros modelos, mas até interdependência entre eles. Os métodos de localização de recursos, assim como as causas e as medidas do crescimento, são também plenamente discutidos dentro do contexto comunista.

Talvez a obra deixe ainda um pouco a desejar quanto à precisão nocional de certos termos (a própria definição de capitalismo ou de socialismo que está na base destas análises de WILES), mas, dentro dos limites impostos pelo autor, ela se torna exaustiva e completa. Todos os possíveis tipos de uma ordem econômica são classificados por sistemas de apropriação e por graus de planificação central. Cada um destes esquemas *a priori* é enfim confrontado com as experiências históricas do Comunismo. WILES estabelece também uma série de teoremas econômicos e aplica-os às questões do crescimento econômico comunista.

Essa extraordinária obra do Professor WILES veio cobrir um vazio existente sobre a economia política do comunismo soviético e será, sem dúvida, de grande valia para todos os professores e licenciados de economia. Não se trata de um livro expositivo, mas de verdadeira apresentação crítica, sob o ponto-de-vista econômico, do comunismo. — J. B. Calazans Machado S. J.

H. THEIL. *Agregación lineal de relaciones económicas* (tradução). Aguilar. Madrid, 1959.

Este trabalho do Professor THEIL trata do problema da agregação, i.e., da relação entre a macro e a microeconomia. Ainda que este seja um problema antigo, pouca atenção até agora lhe foi prestada, em virtude do fato, segundo THEIL, de só um método misto de investigação, econômica e estatística, ter possibilidade de êxito, tanto teóricas como práticas, nesse campo.

Se a análise da agregação se baseia unicamente em princípios derivados da economia teórica, os resultados consistirão, o mais das vezes, em simples teoremas *non possumus*, de pouca utilidade prática. Ao contrário, se a análise se baseia somente em dados estatísticos, a aplicação das relações econômicas será dificultada consideravelmente pela falta de atenção dada aos fenômenos microeconômicos subjacentes.

As recentes tentativas de estabelecer um ramo de estatística, adequado à análise econômica empírica, tiveram grande influência

na preparação deste trabalho do Professor THEIL. Sem dúvida, os resultados destas experiências são pouco acessíveis àqueles cujos conhecimentos matemáticos são limitados. Foi por isso que THEIL apresentou nesta obra, de forma o mais simples possível, todos os seus argumentos, deixando para as notas ao pé da página as observações mais técnicas, ou remetendo a um capítulo à parte a demonstração dos teoremas, ou, enfim, explicando em apêndice as regras utilizadas para a notação. Apesar de tudo isto, a obra não pôde evitar por completo, e nem seria possível, as noções matemáticas.

A exposição do Professor THEIL tem uma aparência matemática, mas não se limita unicamente à macroeconomia matemática, sendo também de igual importância para a análise não-matemática.

Tôda a obra de THEIL pode ser dividida em duas grandes partes: os seis primeiros capítulos, que tratam da agregação *real*, e o sétimo, que trata da agregação *boa* (e perfeita). Uma série de considerações sobre os perigos de êrros nos macromodelos e sobre a microinvestigação e a intuição como guias na construção de tais modelos, encerra êsse sugestivo trabalho. A conclusão a que se chega, lendo THEIL, é que para o êxito completo da macroanálise são necessários: a análise teórica, os dados empíricos (a microinvestigação) e certa intuição.

A obra deste eminente professor de econometria da Escola de Economia de Rotterdam, cuja tradução espanhola do original inglês aumentou mais ainda o alcance destas macroanálises, supõe evi-

dentemente conhecimentos profundos de micro e macroeconomia e fundamentos matemáticos de qualquer econometria. — *J. B. Calazans Machado S. J.*

JOHN M. MAKI. *Government and politics in Japan. The road to democracy.* Frederick A. Praeger. Nova York, 1962.

A experiência da implantação da democracia no Japão do pós-guerra é uma das mais notáveis realizações dos últimos tempos. Curioso é que esta experiência e seus resultados tenham sido tão pouco veiculados ao conhecimento da grande opinião pública internacional.

É a grandeza e a significação histórica desta experiência que o autor focaliza em seu trabalho, sem se deixar levar, aliás, por nenhum sentimento de ufanismo ingênuo ou de orgulho nacionalista.

O livro se desenvolve em dez capítulos que envolvem o assunto de modo compreensivo, desde os prelúdios da democracia no Japão, até o exame das perspectivas futuras, passando pelo exame delicado do papel exercido pela ocupação americana e da resposta do povo japonês a essa ocupação. Paralelamente, o livro dá uma idéia muito completa da estrutura do governo e da dinâmica política do país e dos grandes problemas com que se defronta. Em apêndice, é publicado o texto da constituição japonesa.

Um país não inscrito na corrente das tradições ocidentais, que passara por um longo período de governo tremendamente totalitário,

o qual absorvia não só a atividade física e intelectual de seus súditos, mas também suas convicções religiosas, emerge em menos de duas décadas para um verdadeiro padrão de democracia, e oferece a seu povo níveis de desenvolvimento mais elevados dos que os de qualquer país socialista.

A experiência japonesa revela o sentido transcendente da democracia, mostra que o sistema democrático, por isto mesmo que responde a profundas aspirações do homem, não é privilégio de povos ou de raças.

Ela mostra, além disto, que a realização da democracia nos povos que agora emergem para o desenvolvimento não exige que cada um dê recapitule a história secular pelo modo por que evoluíram os países democráticos hoje mais avançados. É perfeitamente viável, aproveitando os ensinamentos desta evolução, realizar uma democracia em poucas décadas, desde que os líderes dos novos países estejam decididos a alcançar este ideal e que os países desenvolvidos estejam dispostos a ajudá-los nessa tarefa.

A democracia japonesa, quanto é possível prever, parece um sucesso definitivo. Na opinião do autor, só uma tremenda crise interna, ou uma modificação profunda no esquema das forças internacionais, poderia modificar a orientação democrática japonesa. A proximidade geográfica do Japão com os enormes blocos comunistas e sua distância do mundo ocidental parece indicar a maior viabilidade da segunda hipótese.

Estranhamos que o autor não tenha dado a devida ênfase ao pro-

blema demográfico japonês, que, pela sua mesma gravidade, poderia ser o veículo da realização da primeira hipótese.

De qualquer maneira, o livro de JOHN M. MAKI, é uma ótima introdução ao estudo da história política do Japão e de uma das mais empolgantes aventuras democráticas do nosso século. — *Fernando Bastos de Avila, S. J.*

S. WATSON DUNN PH. D. *International Handbook of Advertising*. McGraw-Hill Book Co. Nova York, 1964.

O livro editado por WATSON DUNN, com a participação de mais de setenta colaboradores, traz uma contribuição decisiva para um assunto e um problema que podem parecer muito distantes do interesse e das preocupações de um homem de negócios do Brasil: a técnica do anúncio para o mercado internacional.

Depois da última grande guerra, o mundo descortinou um fenômeno novo: a existência potencial de um mercado mundial. Os produtores de bens e de serviços de todo mundo viram que novas possibilidades se lhes abriam de estender os seus negócios além dos respectivos mercados internos. O que era apanágio de algumas grandes firmas se tornou possibilidade concreta para infinitas outras.

Entretanto, como enfrentar um mercado novo, desconhecido, estrangeiro, não só nos países novos que emergem do colonialismo, mas até nos países já desenvolvidos?

Quais suas possibilidades reais de poder aquisitivo, quais os processos de demonstração a que são mais sensíveis os diversos públicos?

A estas e outras questões responde o volumoso trabalho compilado sob a direção de WATSON, em suas três partes e três alentados apêndices. A primeira parte se ocupa dos princípios e processos da atividade promocional internacional; a segunda tem por objeto responder à questão de como anunciar em mercados específicos, enquanto a última parte se ocupa em mostrar como é organizada a publicidade internacional.

Se a à primeira vista o objeto do livro parece transcender o âmbito do interesse do homem de negócio brasileiro, uma leitura da obra revela que, ao contrário, muito pode servir à expansão de nossa economia. As sugestões feitas, com efeito, não só iniciam nas possibilidades de atingir o mercado internacional, como têm, até, um valor de aplicação para o próprio mercado interno brasileiro. É certo que permitirão superar certas rotinas obsoletas, e partir para a grande integração do povo no processo econômico. — *F. B. A.*

OUTROS LIVROS RECEBIDOS

Além dos livros comentados nesta seção, foram também recebidos os que figuram na relação abaixo. Ao assinalá-los à criteriosa atenção dos nossos leitores, apresentamos aos autores e editores os melhores agradecimentos da redação da revista, pela gentileza da remessa.

Ciências Políticas

John J. Johnson. *The military and society in Latin America*. Stanford University Press. Stanford. 1964. 308 págs.

João Francisco Ferreira. *Fragmentos de Cortés, Bernal, Las Casas e Garcilaso*. Porto Alegre. Universidade do Rio Grande do Sul. Edições da Faculdade de Filosofia. 1958. 177 págs.

Jean Roche. *L'administration de la Province du Rio Grande do Sul de 1829 à 1847*. Porto Alegre. Universidade do Rio Grande do Sul. Edições da Faculdade de Filosofia. 1961. 293 págs.

Christopher Mayhew. *Coexistência total; um avanço positivo para a paz mundial*. Rio de Janeiro. Editôra Fundo de Cultura. 1963. 93 págs.

Ivan L. Richardson. *Bibliografia brasileiro de Administração Pública*. Rio de Janeiro. Centro de Publicações Técnicas da Aliança Norte-Americana de Cooperação Econômica e Técnica. USAIA. 1964. 840 págs.

Vicente Quaglia. *Fundamentos de Administração Municipal*. Guia teórico-prático do Vereador e do Prefeito. 2.^a edição. Catanduva. Irmãos Boso Editôres. 1961. 494 págs.

Ciências Econômicas

Carl K. Eicher e Lawrence W. Witt. *Agriculture in economic*

development. McGraw-Hill Series in International Development. New York. McGraw-Hill Book Co. 1964. 415 págs.

François Bloch-Lainé. *Pour une réforme de l'entreprise*. Paris. Editions du Seuil. 1963. 158 págs.

Ciências Sociais

Arthur Hillman. *Organização da Comunidade e Planejamento*. Rio de Janeiro. Editôra AGIR. 1964. 356 págs.

Gabriel Galache. *Síntese da Doutrina Social*. São Paulo. Edições Loyola. 1963. 191 págs.

Vicente Quaglia. *Sociologia. Princípios e Problemas*. São Paulo. Editôra Obelisco. 1964. 166 págs.

Gordon Wright. *Rural Revolution in France. The Peasantry in the Twentieth Century*. Stanford. Stanford University Press. 1964. 271 págs.

Emile Pin. *As Classes Sociais. Doutrinas e Problemas*. Tradução de Geraldo Gerson de Souza. São Paulo. Editôra Duas Cidades. 1964. 206 págs.

Eduardo Kinnen. *Ética Social*. Santiago do Chile. Pontificia Universidad Católica. Escuela de Sociología. 1963. 376 págs.

João Batista Pereira dos Santos O. P. *Os chifres do diabo. Capitalismo e comunismo*. São Paulo. Livraria Sal. 1964. 158 págs.

Aroldo Soares de Souza Rodrigues. *Medos e preocupações em crianças e adolescentes*. Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica. 1962. 98 págs.

Jacques Maritain. *A Filosofia Moral*. Tradução de Alceu Amoroso Lima. Rio de Janeiro. Editora AGIR. 1964. 508 págs.

Walter Kolatz. *Books on Communism; a Bibliography*. Londres. Ampersand Ltd. 1963. 568 págs.

William A. Kelly. *Psicologia Educacional*. Tradução de Gene Philippi Borges e Rogério Luz. Rio de Janeiro. Editora AGIR. 1964. 486 págs.

Robert N. Dannemann. *Sondagem de relações trabalho-escola entre menores empregados no comércio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. SENAC. 1962. 47 págs.

Percival Griffiths. *As transformações do comunismo*. Tradução de Jorge Arnaldo Fortes. Rio de Janeiro. Editora Fundo de Cultura. 1961. 236 págs.

United Nations Demographic Center for Latin America. *Demographic Information required for housing programs with special reference to Latin America*. United Nations. Economic and Social Council. 1962. 68 págs.

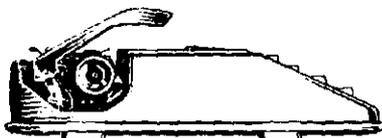
Latin American Demographic Center. *A demographic analysis of the educational situation in Latin America*. United Nations. Economic and Social Council. 1962. 165 págs.

Juan C. Elizaga. *Differential Migration in some regions and cities of Latin America in the period 1940-1950*. United Nations. Latin America Demographic Center. 1963. 17 págs.

HERMES *Baby*

Modelo Nôvo

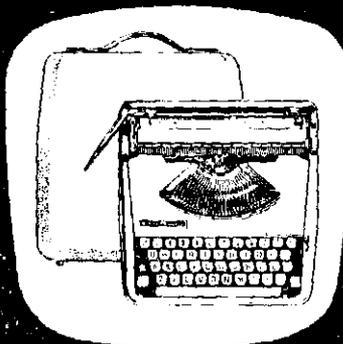
a portátil ultra-leve



Robusta !
Bonita !
Compacta, precisa
e segura !

Hermes-Baby é a melhor secretária em casa, no escritório ou durante a viagem.

Com fita bicolor,
grande alavanca
e outras inovações



Peça informações e folhetos à

ORGANIZAÇÃO *Ruf* S. A.

Equipamento para Escritórios

Rio: R. Debrét, 79 A
S. Paulo: R. da Consolação, 41
Curitiba: R. João Negrão, 45 s/loja
B. Horizonte: Av. Afonso Pena, 941 loja 4
Pôrto Alegre: R. dos Andradas, 1234-2.º
Recife: R. da Concórdia, 382-1.º

Record 9.182A